A REVITALIZAÇÃO DO EXTRATIVISMO: PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE

Jane Simoni*

O modo de produção extrativista tem contribuído para a preservação de vastas áreas naturais de floresta no Brasil e no mundo. Na Amazônia, o extrativismo de produtos da biodiversidade beneficia direta e indiretamente centenas de milhares de famílias, além de contribuir para a manutenção e conservação de sistemas ecológicos e serviços ambientais. O extrativismo pode ser considerado um componente vital à economia regional da Amazônia, pois promove o autossustento de famílias, movimenta mercados locais e regionais, e causa baixo impacto em ecossistemas hídricos e florestais.

Segundo Almeida (2004), a população tradicional de castanheiros e seringueiros é estimada em 163 mil, sendo que 33 mil vivem em reservas extrativistas criadas a partir do ano 2000. A função socioambiental que esta população desempenha é central para a manutenção da floresta em pé. Detentores de conhecimentos e práticas tradicionais de sistemas de manejo agroextrativista, os extrativistas asseguram uma contínua adaptação da biodiversidade a novos contextos e processos de produção.

No caso da Amazônia, as famílias extrativistas que vivem na floresta são responsáveis por toda a castanha-do-brasil que chega ao mercado. No estado do Acre, aproximadamente 5 mil famílias envolvidas diretamente com a extração da castanha têm neste produto parte essencial de suas rendas. A atividade extrativista da castanha é geralmente complementada pela agricultura em pequena escala e/ou atividades extrativistas de corte da seringa e pesca. Mesmo com algumas precariedades que caracterizam as condições de vida dos castanheiros e seringueiros da Amazônia, uma pesquisa demonstrou que extrativistas no Acre vivem melhor na floresta que nas margens das cidades (ENRIQUEZ, 2008).

As queimadas, o desmatamento para a extração de madeira ilegal, os avanços da pecuária e da agricultura de larga escala, a mineração, as sobreposições fundiárias, a abertura de estradas e a construção de grandes barragens ameaçam a conservação sociobiológica do bioma Amazônia e as tentativas de planejamento coordenado e sustentável para a região. Tais desafios indicam a necessidade de políticas públicas direcionadas a práticas produtivas que façam convergir estrategicamente adaptabilidade socioambiental, viabilidade econômica e conservação da integridade do bioma.

Extrativistas conhecem e protegem grandes áreas de floresta. As áreas de coleta de castanha ou as estradas de seringa são extensas, 400 hectares em média, que são percorridos, observados, conhecidos e cuidados por seus mantenedores – mais que proprietários e/ou posseiros, aqueles que vivem na floresta também vivem dela –. Nesta perspectiva, o extrativismo pode ser considerado atividade produtiva modelo em ações de desenvolvimento sustentável, pois concilia interesses de conservação e necessidades de desenvolvimento socioeconômico (SIMONI, 2009; ENRIQUEZ, 2008).

* Pesquisadora-bolsista (Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional – PNPD) junto ao Ipea.

Todavia, a atividade extrativista precisa ser mais bem apoiada, revista e integrada às ações públicas para um desenvolvimento sustentável, a fim de que, com a incorporação de avanços tecnológicos para infraestrutura (armazéns e maquinário de beneficiamento), processos e produtos (logísticas de distribuição, embalagens, rótulos), a produtividade possa ser alavancada. As inovações sociais e o atendimento a necessidades fundamentais de famílias extrativistas são prementes para a continuidade sociocultural mais qualificada em termos de acesso à educação, saúde e seguridade social por parte destas populações.

O EXTRATIVISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE

O modo de produção extrativista renova e abre horizontes para a economia solidária (ES), pois sua dinâmica é múltipla, coletiva e integrada aos ciclos da natureza. A combinação entre o extrativismo e a economia solidária é consonante, uma vez que os princípios que regem tanto as atividades como as perspectivas são enraizados em dinâmicas opostas àquela do capitalismo individual, dominador e homogêneo. Tanto no extrativismo quanto na ES as atividades se valorizam e se sustentam na diversidade.

A ES advoga e trabalha por uma base mais justa, solidária, coletiva da produção e distribuição de benefícios, dispensando atenção primordial aos interesses de melhoria de qualidade de vida dos trabalhadores por eles mesmos. Os empreendimentos solidários consideram o coletivo e incentivam a colaboração ao invés da competição. Tais qualidades estão presentes na dinâmica extrativista da castanha, coco, frutas, mel, óleos essenciais e outros. Vale ressaltar que são milhares de extrativistas e agroextrativistas, trabalhando na pequena escala de produção, dispersos pelos territórios de origem. A informalidade prevalece – os produtores têm nas feiras locais, associações comunitárias legais e não legalizadas, e algumas cooperativas praticamente os únicos espaços de convergência desta produção. São nestes espaços que a ES se realiza e valoriza produtores e produtos. O desafio de inserção de produtos extrativistas em circuitos de mercados médios e longos, e com relação direta com o comércio justo e o consumo solidário, em muitos casos tem sido possível graças às estratégias fundamentadas na ES (SIMONI, 2009).

O desenvolvimento da ES e seus princípios envolve um processo lento de educação, formação, capacitação e qualificação permanente e integral (ANTEAG, 2005). Este processo compreende um resgate e uma interiorização de valores éticos (igualdade, justiça, equidade) que são graduais na medida em que envolvem e significam a construção de uma nova prática contextualizada no contemporâneo. A própria definição do que venha a ser um ambiente justo, ético e solidário de trocas e mercado demanda reflexão para sua construção, pois qualquer tentativa de enfraquecer o conteúdo de tais noções não incorporará os valores que a ES almeja.

Os princípios e a forma com que a ES, via Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), tem se organizado servem de referência para alternativas e incentivos a empreendimentos locais solidários na Amazônia. A necessidade de capacitação e assessoria técnica, administrativa e organizacional é um grande gargalo a ser vencido pelos extrativistas. Cattani (2003) aponta que a economia solidária enfrenta o desafio de demarcar precisamente as alternativas possíveis e as práticas de empreendimentos qualificados como solidários. Mais importante, as alternativas para os excluídos e pobres do sistema capitalista convencional precisam proporcionar avanços em todos os domínios da vida, de forma a recuperar destinos mais generosos, honrosos e responsáveis aos segmentos envolvidos da sociedade.

Para a realização da conservação da diversidade biológica e sociocultural por meio do extrativismo, alguns passos precisam ser dados em direção a um desenvolvimento sustentável, no qual processos mercadológicos injustos, desiguais, opressores e alienadores são transformados em justiça, humanidade, criatividade, cooperação, alinhamento e respeito aos ciclos da natureza provedora. Esta é uma premissa da ES.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O EXTRATIVISMO, A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A SUSTENTABILIDADE

O setor extrativista ainda carece de políticas públicas que direcionem as ações governamentais e reconheçam a sua importância para a conservação da sociobiodiversidade por intermédio da valorização dos produtos, produtores e seus processos produtivos. Contudo, algumas políticas já apontam para uma maior atenção à relação intrínseca extrativistas-produtos-conservação-sustentabilidade. Pensar o desenvolvimento sustentável da Amazônia significa pensar no reconhecimento e fortalecimento de modelos produtivos inovadores, que coordenam esforços de planejamento e execução de políticas públicas e iniciativas econômicas condizentes com a diversidade sociocultural da região.

Algumas políticas públicas cuja menção aqui é importante destacam-se por serem planejadas e executadas pela gestão interministerial. As duas selecionadas para este texto são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). As duas políticas não estão diretamente ligadas à Senaes, mas trabalham por uma comercialização mais justa e solidária de produtos da agricultura familiar e do extrativismo.

A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) tem como objetivo institucional formular e implementar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, da qual o PAA faz parte como ação estruturante, realizando-se em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O objetivo geral do PAA é incentivar a agricultura familiar com ações de distribuição de produtos tanto agropecuários quanto extrativistas para pessoas em insegurança alimentar. Dessa forma, o PAA se propõe a garantir o acesso das populações em situações de insegurança alimentar e nutricional à alimentação em termos de quantidade, qualidade e regularidade, promovendo a inclusão social via fortaleciomento da agricultura familiar e do extrativismo (MDS, 2008).

O PAA é mencionado por extrativistas do Acre como a iniciativa do governo federal que concretamente age para a valorização do trabalho do produtor rural-florestal. O propósito do programa, de distribuição de alimentos, é visto com bons olhos pelos extrativistas, que se sentem valorizados (SIMONI, 2009). As ações da CONAB, via PAA, têm sido fundamentais para a garantia de compra da produção do pequeno agricultor ou extrativista. No que é considerada uma das principais ações estruturais do Programa Fome Zero enquanto mecanismo complementar ao Programa Nacional de Fortaleciemnto da Agricultura Familiar (PRONAF) por meio do PAA, o governo assegura, no período de plantio da safra, a aquisição dos produtos da agricultura familiar e do extrativismo a preços compatíveis com a expectativa dos mercados regionais para a época de colheita. Após a colheita, o produtor escolhe se vende sua produção para a CONAB, caso os preços de mercado estejam abaixo dos fixados no contrato, ou se vende para o mercado, caso os preços estiverem acima deste patamar.

Enfrentar os intermediários por meio de cooperativas ou associações, com preços de compra iguais ou maiores aos praticados pelos atravessadores, tem sido essencial na superação deste que é um dos desafios postos à economia extrativista de pequena escala, tanto por razões monetárias quanto humanas e de dignidade do trabalho extrativista.

A expansão das modalidades de produção compreendidas pelo programa, abrangendo produtos da agroecologia e do extrativismo, indica um reconhecimento da importância da pequena produção para a mesa brasileira, em moldes mais coletivos e solidários. A garantia de compra assegura a renda, fortalece circuitos locais e regionais de comércio e abastecimento, e valoriza o modo tradicional de produção para produtos do agroextrativismo. O aumento gradativo do valor pago pela lata da castanha, segundo o exemplo de extrativistas cooperados, fortalece a atividade castanheira e motiva os produtores a terem maior envolvimento com a organização social cooperativista. Este fato é corroborado por Cordeiro (2007), que aponta o aumento dos preços pagos à castanha e, consequentemente, da renda do produtor extrativista, bem como a abertura de acesso a capital de giro e o fortalecimento institucional das cooperativas e associações como alguns dos resultados positivos do PAA.

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) foi lançado mais recentemente, em abril de 2009, mas movimenta o cenário da produção familiar, extrativista e tradicional há mais tempo, pois foi amplamente debatido na forma de seminários e reuniões com pequenos produtores e extrativistas. Foi elaborado em conjuto pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), MDA e MDS a partir do pressuposto de que o Brasil ainda não aproveitava suas riquezas sócio e biodiversas para a geração de bens e serviços de alto valor agregado. A iniciativa de fortalecer cadeias produtivas e de oferecer serviços gerados a partir da diversidade se apresenta como alternativa para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais a partir de uma lógica mais integrada e coerente com os princípios que regem a própria ES. Agregar valor a produtos advindos da sociobiodiversidade valoriza modos de vida e conhecimentos intrínsecos à natureza local, permitindo a manutenção, para além da mera sobrevivência, de grupos sociais e suas relações com o meio ambiente físico e cultural.

O PNPSB está relacionado diretamente à valorização de produtos extrativistas e poderá contribuir para a conservação e o uso sustentável da diversidade sociocultural e biológica se tiver continuidade, regularidade de ações, assistência técnica e, o mais importante, abertura para a ação criativa local – pressuposto fundamental da ES. A troca entre as demandas de baixo para cima e a visão de cima para baixo se mostra de grande valia para a efetividade de tal política – do contrário, o esquecimento é destino certo.

As práticas de economia solidária rejeitam as propostas de mercantilização das pessoas, produtores e da natureza, as quais, não por acaso, são acompanhadas da espoliação e da degradação de sistemas naturais. Longe disso, elas vêm ao encontro da proposta de se ter no extrativismo um colaborador e propulsor da ES como instrumento da sustentabilidade.

A emergência de novas formas de inserção econômica e a revitalização de princípios de uma outra economia – em reconhecimento aos movimentos mundias contra a globalização hegemônica e em favor de identidades territoriais, modos de produção localizados e valorização sociocultural – fortalecem o horizonte de possibilidades para inserção e/ou criação de mercados mais justos e solidários, em sintonia com a continuidade da produção sustentável e do saber fazer e viver local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 6, n.1, p. 9-32, ANPUR, maio de 2004.

ANTEAG. **Autogestão e economia solidária:** uma nova metodologia. Vol. 2, Brasília: TEM, 2005.

CATTANI, A. D. A Outra Economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Editora Veraz, p. 9-14, 2003.

CORDEIRO, A. **Intervenções governamentais em segurança alimentar e nutricional com geração de renda e valorização da biodiversidade**. Resultados do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Versão revisada para publicação, PNUD BRA/03/034, Agosto de 2007.

ENRIQUEZ, G. **Desafios da sustentabilidade da Amazônia**: biodiversidade, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas. Tese (doutorado), p. 460, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2008.

MDS. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Apresentação, 2008. Disponível em: <http://www.undppovertycentre.org/doc_africa_brazil/2.SESAN_PAA_Cesar%20Medeiros.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2008.

SIMONI, J. **A multidimensionalidade da valorização de produtos locais**: implicações para políticas públicas, mercado, território e sustentabilidade na Amazônia. Tese (doutorado), p. 391, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2009.